



ESTADO DE SERGIPE
Fundo Municipal de Educação de Siriri

CONTRATO Nº 32/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SIRIRI, E, DO OUTRO, A EMPRESA: PATRÍCIA OLIVEIRA MENEZES-MEI.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SIRIRI, localizado à Praça Dr. Mário Pinotti, nº 306, CEP 49.630-000, centro Siriri, Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ sob o nº 32.368.984/0001-54, neste ato representado por seu Secretário, o Sr. **ROGENILDO ANDRADE BARROS**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa: PATRÍCIA OLIVEIRA MENEZES-MEI, localizada à Praça Dr. Mário Pinotti, nº 484, Bairro Centro, CEP 49.630-000, Siriri, Sergipe, inscrito no CNPJ sob nº 32.366.196/000129, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Senhora PATRÍCIA OLIVEIRA MENEZES, portadora da RG 2.245.080-7 e do CPF 054.631.355-01 têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a prestação dos serviços na área de manutenção de microcomputadores e rede de computadores, de acordo com as descrições constantes do procedimento de dispensa de licitação e seus anexos, e proposta da Contratada, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, sob a forma de execução indireta.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

O pagamento será efetuado em 11(onze) parcelas mensais de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**, totalizando o presente contrato o valor global de **R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)**.

§1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, no prazo de até 30 (trinta) dias.

§2º - Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§3º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§4º - Os preços serão fixos e irrevogáveis.

§5º - O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º § 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 5º e 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

§6º - Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Contrato terá prazo de vigência da data de sua assinatura até **31/12/2020** (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte).



ESTADO DE SERGIPE

Fundo Municipal de Educação de Siriri

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do Fundo Municipal de Educação de Siriri, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

05001 - Fundo Municipal de Educação

2011 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

33904000-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Fonte de Recursos -Próprios /Royalties/MDE

CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Prestar os serviços profissionais constantes da cláusula primeira deste instrumento.
- Comparecer à sede do Fundo Municipal de Educação, no município, pelo menos 02 (dois) dias semanais, ou a qualquer momento quando necessário, a fim de orientar e realizar “in loco” os serviços decorrentes deste contrato.
- Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, nos computadores pertencentes ao Fundo Municipal de Educação, configurações em programas e software como também, alimentação de sua base de dados, configurações em programas e software como também, alimentação de sua base de dados.
- Os serviços deverão ser realizados no Fundo Municipal de Educação e todos os departamentos, localizados na sua vida útil comprometida, correção em cabos e roteados apresentando perda e pacotes de dados na internet como também remoção e detecção de programas maliciosos que comprometam a internet e toda sua rede.
- Disponibilizar os equipamentos e ou produtos, ferramentas necessárias à execução do objeto contratado, para utilização da contratante durante a vigência.
- Executar, fielmente, o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
- Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas.
- sede ou nos povoados de Siriri.
- Instalação de antivírus e malware, aplicativos atualizados, implantação de segurança em toda rede, serviço de backup de rotina, instalações de impressoras e compartilhamento, correções de sistemas obsoletos, detecção e exatidão em periféricos com sua vida útil comprometida, correção em cabos e roteados apresentando perda e pacotes de dados na internet como também remoção e detecção de programas maliciosos que comprometam a internet e toda sua rede.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar contratado todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar a Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;



ESTADO DE SERGIPE

Fundo Municipal de Educação de Siriri

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo da Contratante, sem que caiba a contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, a Contratante fica obrigada a comunicar tal decisão a contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos da dispensa que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que o originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93, ficam designados os servidores deste Fundo: **MARIA IZANEUZA DE MOURA**, Secretária Adjunta do Fundo Municipal de Educação de Siriri, portadora da RG 30115523 SSP/SE e do CPF n.º 009.755.055-80 para executar as funções de fiscal do presente contrato e o **Sr. ROGENILDO ANDRADE BARROS**, portador da RG 1152939 SSP/SE e do CPF n.º 712.092.555-53, para ser o gestor do presente contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.



ESTADO DE SERGIPE

Fundo Municipal de Educação de Siriri

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº

8.666/93).

O objeto deste Contrato será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, *a* e *b* da Lei nº.

8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO (Art. 55, §2º, Lei nº. 8.666/93)

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Nossa Senhora das Dores, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Siriri/SE, 03 de fevereiro de 2020.

PELO CONTRATANTE:

ROGENILDO ANDRADE FARROS

Secretário do Fundo Municipal de Educação

PELA CONTRATADA:

Patricia Oliveira Menezes
PATRICIA OLIVEIRA MENEZES

Sócia Administradora

TESTEMUNHAS:

I - *Tamara Melo da Silva*

II - *Ademilson do Esp. Souto RG: 811.345 SSP/SE*